



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

EDITAL Nº 00004/2012 DE 31/10/2012

EDITAL DO 5º PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA SEDE DO TRF DA 5ª REGIÃO

O **VICE-PRESIDENTE DO TRF DA 5ª REGIÃO**, no EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.788, de 25/09/2008, na Resolução CJF nº 39, de 12/12/2008, na Resolução N. CF-Res-2012/00208, de 04/10/2012, e na Resolução TRF5 nº 28, de 18/08/2010, torna público este Edital e a abertura das inscrições para o 5º processo seletivo de estagiários destinado às áreas descritas no Anexo II deste Edital.

1. DO PROCESSO SELETIVO

- 1.1** A presente seleção pública destina-se à seleção de estagiários de Cursos do Ensino Superior e à formação de cadastro de estudantes que, se convocados, serão engajados no programa de estágio por um período inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo **DA SEDE DO TRF DA 5ª REGIÃO**, com previsão de vagas e as que surgirem no período de validade do certame, cuja distribuição segue discriminada no Anexo II, observado o percentual de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, conforme item 3 deste edital.
- 1.2** A organização e a realização do processo seletivo serão de responsabilidade do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – SUSTENTE CNPJ nº 09.023.204/0001-12, com sede à Rua Bernardo Guimarães, 428, sala 01, Boa Vista – Recife, PE, nos termos do Contrato nº 54/2011, celebrado com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

2. DA INSCRIÇÃO

- 2.1** A inscrição do candidato, para os fins deste Processo de Seleção Pública, implicará aceitação irrestrita e cumprimento obrigatório de todas as exigências e condições estabelecidas neste Edital e nos demais comunicados a serem publicados oportunamente pelo INSTITUTO SUSTENTE, das quais não poderá alegar desconhecimento, assumindo inteira responsabilidade pelas informações constantes em seu formulário de inscrição, sob a pena da lei.
- 2.2** As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, através do site www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br, nos dias e horários previstos no Anexo III deste Edital.
- 2.2.1** Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 2.3** Concluído o preenchimento do Formulário de Inscrição via Internet, o candidato deverá imprimir o boleto para pagamento da taxa de inscrição em qualquer banco do sistema de compensação bancária, no valor de **R\$ 25,00** (vinte e cinco reais). A efetivação da inscrição dar-se-á após o recebimento da comprovação de pagamento, enviada pela



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
instituição financeira ao INSTITUTO SUSTENTE.

- 2.4** O INSTITUTO SUSTENTE não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.
- 2.5** O candidato efetivará sua inscrição mediante pagamento da taxa de inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção do respectivo comprovante devidamente autenticado pelo órgão recebedor.
- 2.6** Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado por um valor menor do que o estabelecido e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data de encerramento das inscrições.
- 2.7** Não será aceito pedido de devolução do valor da inscrição, ainda que superior ou em duplicidade.
- 2.8** Somente poderá assinar Termo de Compromisso de Estágio com **A SEDE DO TRF DA 5ª REGIÃO**, o estudante que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
- I. Estar regularmente matriculado e cursando:
 - a) no mínimo, a metade do período total do curso;
 - b) no máximo, até o antepenúltimo semestre do curso;
 - II. Para o candidato ao Programa de Estágio da área jurídica, não estar vinculado a outro programa de estágio em órgão ou entidade pública, empresa ou escritório de advocacia.
 - III. Para o candidato ao Programa de Estágio, não ser:
 - a) Ocupante de cargo, emprego ou função vinculados aos órgãos ou às entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
 - b) Militar da União, dos Estados ou do Distrito Federal;
 - c) Titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.
- 2.9** Serão isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos comprovadamente hipossuficientes, nos termos do Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008 c/c o decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007, onde no ato da sua inscrição, estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e atender os requisitos deste Edital.
- 2.9.1.** O candidato deverá preencher o Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição (anexo V), neste Edital, assiná-lo, juntar os documentos necessários e enviar por SEDEX ou AR com o título – **Seleção TRF 5ª REGIÃO/2012 – ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**, ao INSTITUTO SUSTENTE - Rua Bernardo Guimarães, 428, Boa Vista, Recife, PE, CEP: 50050-440 ou ainda entregá-lo em sua sede (em duas vias), horário comercial, o qual receberá uma das vias protocolada. O requerimento juntamente com os documentos deverá ser entregue ou enviado até a data constante no Anexo III deste Edital.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

2.9.1.1. O Candidato deverá anexar os seguintes documentos comprobatórios de sua hipossuficiência financeira: cópia do comprovante de sua inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) para os Programas Sociais do Governo Federal, o qual deverá conter: seu nome completo, número da inscrição (para comprovação junto ao sistema do Governo, juntamente com cópia do RG e do CPF).

2.9.1.2. O Candidato que proceder ao requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá acompanhar pelo *site* www.sustente.org.br o resultado do deferimento ou indeferimento de suas petições, conforme calendário constante neste Edital.

a) Caso seja indeferido, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através do boleto bancário até o limite da data de vencimento no horário bancário oficial.

b) Caso seja deferida a sua petição o Candidato estará automaticamente inscrito nesta Seleção.

2.9.2. As solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição só serão analisadas quando enviadas até a data limite estabelecida no calendário (Anexo III) deste Edital.

2.9.3. Não será concedida Isenção da Taxa de Inscrição ao Candidato que:

- I. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- II. Fraudar e/ou falsificar documentos;
- III. Não observar os prazos e os horários estabelecidos no subitem 2.9.1 e calendário (Anexo III) deste Edital.

2.9.4. O Instituto Sustente consultará o órgão gestor do CadÚnico, para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. As informações prestadas no requerimento de isenção da Taxa de Inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, podendo o mesmo responder, a qualquer momento por crime contra a fé pública.

2.9.5. Não será permitida a inclusão de informações complementares, bem como a revisão da solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, quando do seu indeferimento.

2.9.6. Não serão aceitas solicitações de isenção da taxa de inscrição por fax, e-mail ou qualquer outro meio que não definido neste Edital.

2.9.7. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.9.8 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou documentação, ou a solicitação apresentada fora do período determinado implicará a eliminação automática deste processo de isenção.

2.10 É vedado ao estudante figurar como estagiário do mesmo órgão, por período superior a 02(dois) anos, mesmo em cursos diversos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (Lei Federal 11.788/08, de 26/09/2008).



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

2.11 O candidato deverá declarar, no ato da inscrição, que preenche as condições exigidas e que está de acordo com as normas deste Edital.

3. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 Aos estudantes portadores de necessidades especiais, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 28.379, de 20 de setembro de 2005, é assegurado o direito de inscrição para concorrer às vagas ali instituídas.

3.2 Consideram-se pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadram no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. O Decreto regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, instituindo a Política Nacional para a Integração dos Portadores de Necessidades Especiais.

3.3 O candidato Portador de Necessidades Especiais deverá encaminhar seu requerimento (Anexo IV), **exclusivamente**, via SEDEX ou correspondência com Aviso de Recebimento (AR), com o título – **Seleção TRF 5ª REGIÃO/2012 – LAUDO MÉDICO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, ao INSTITUTO SUSTENTE - Rua Bernardo Guimarães, 428, Boa Vista, Recife, PE, CEP: 50050-440, até a data constante no Anexo III, constando número de inscrição, nome, endereço e telefone, anexando cópia do comprovante de inscrição e laudo médico, original ou cópia autenticada (emitido nos últimos 90 dias), que ateste a espécie e o grau ou nível de necessidades especiais de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a provável causa da necessidade especial. O candidato deverá indicar, ainda, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.), para a feitura das provas. Até a data prevista no ANEXO III, a pessoa com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital e remetê-lo conforme item 3.3.

3.4 Os candidatos Portadores de Necessidades Especiais participarão do processo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, dia, horário e local de realização das provas.

3.5 O candidato Portador de Necessidades Especiais deverá declarar essa condição no ato da inscrição, especificando sua deficiência, em consonância com o item 3.2 deste Edital.

3.6 O INSTITUTO SUSTENTE tomará as providências necessárias ao fácil acesso dos eventuais portadores de necessidades especiais aos locais ou realização das provas, mas será dos candidatos nesta situação a responsabilidade de trazer os equipamentos e instrumentos de que dependam para a feitura das provas, mediante prévia solicitação.

3.7 Quando convocado para o início do programa de estágio, o candidato de que trata o



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

item 3.2 deverá submeter-se a exame médico oficial que reconhecerá ou não a qualificação do candidato como portador de necessidades especiais, bem como a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do programa de estágio.

- 3.8** A não observância do disposto no item 3.7, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga, sendo o candidato eliminado da seleção.
- 3.9** Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas por curso, aos portadores de necessidades especiais.
- 3.10** Caso as vagas reservadas não sejam preenchidas pelos portadores de necessidades especiais, serão elas revertidas ao quadro geral de vagas e preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.
- 3.11** O candidato portador de necessidades especiais, que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação e em todas as fases do Processo Seletivo, receberá tratamento igual ao previsto para os candidatos não portadores de necessidades especiais.
- 3.12** Aplica-se a situação do item 7.21 aos casos de Portadores de Necessidades Especiais.

4. DO ATENDIMENTO ESPECIAL

- 4.1** O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.).
- 4.2** O candidato ainda deverá encaminhar, **exclusivamente**, via SEDEX ou correspondência com Aviso de Recebimento (AR), com o título – **Seleção TRF DA 5ª REGIÃO/2012 – LAUDO MÉDICO DE ATENDIMENTO ESPECIAL**, ao INSTITUTO SUSTENTE - Rua Bernardo Guimarães, 428, Boa Vista, Recife, PE, CEP: 50050-440, até a data constante no Anexo III, seu requerimento (Anexo IV), constando número de inscrição, nome, endereço e telefone, anexando cópia do comprovante de inscrição e laudo médico, original ou cópia autenticada (emitido nos últimos 90 dias). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior.
- 4.3** A candidata com necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante que ficará em sala reservada para essa finalidade. O acompanhante ficará responsável pela guarda da criança.
- 4.4** Aplica-se a situação do item 7.21 aos casos de Atendimento Especial.
- 4.5** A solicitação de recursos especiais será atendida observando-se os critérios de viabilidade e razoabilidade.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

- 4.6** A não solicitação de recursos especiais no ato de inscrição implica a sua não concessão no dia de realização das provas.
- 4.7** O INSTITUTO SUSTENTE poderá utilizar recursos para gravação e registros nas hipóteses dos atendimentos especiais.

5. RETIFICAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE INSCRIÇÃO

- 5.1** O candidato, após efetivação de sua inscrição, poderá retificar os dados apresentados no Formulário de Inscrição, nos limites estabelecidos neste Edital, até o último dia de inscrição.
- 5.2** Poderão ser retificadas as seguintes informações apresentadas no Formulário de Inscrição: sexo, estado civil, data de nascimento, número de identidade, órgão expedidor, unidade federativa, e-mail, DDD e telefone fixo, DDD e telefone celular, nome do pai, nome da mãe, portador de necessidades especiais, CEP, logradouro, número, complemento, bairro, cidade e Estado.
- 5.3** Transcorrido o prazo do item 5.1, mesmo sem qualquer manifestação do candidato, todas as informações apresentadas no Formulário de Inscrição serão automática, irrestrita e tacitamente convalidadas, correspondendo a real intenção do candidato, não podendo sofrer alteração.
- 5.4** Não serão aceitas as retificações das informações que visem à transferência da inscrição para terceiros, ou que pretendam burlar quaisquer normas ou condições previstas neste Edital.

6. DA SELEÇÃO

- 6.1** As provas serão realizadas exclusivamente na Cidade de Recife.

7. DA AVALIAÇÃO

- 7.1** A prova objetiva será estruturada com questões do tipo múltipla escolha, com cinco opções de resposta ("A" a "E") e uma única resposta.
- 7.2** Será atribuída nota zero (0) ao candidato que deixar alguma marca na FOLHA DE REDAÇÃO, que possa identificá-lo;
- 7.3** O candidato deverá transcrever, dentro do tempo de duração previsto, as respostas da prova para a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na Folha de Respostas. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 7.4** Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com o gabarito oficial, com este Edital e com as instruções da Folha de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
- 7.5** O processo de seleção de estagiários consistirá na aplicação das avaliações abaixo,



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

obedecendo ao programa disponível no site www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br.

QUADRO DE PROVAS			
PROVA/ TIPO	ÁREA/ Nº DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES	CARÁTER
Prova Objetiva (<u>Todos os cursos exceto Direito</u>)	Conhecimentos específicos - (30) trinta (relativas ao respectivo curso superior) Língua Portuguesa – (10) dez	40	Eliminatório e classificatório
Prova Objetiva (<u>Apenas curso de Direito</u>)	Conhecimentos específicos - (40) quarenta (relativas ao respectivo curso superior)	40	Eliminatório e classificatório
Prova de Redação (<u>Todos os cursos</u>)	Tema atual	--	Eliminatório e classificatório

7.5.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões, cada uma valendo 1,25 (hum vírgula vinte e cinco) pontos.

7.5.1.1 Será desclassificado o candidato que obtiver pontuação inferior a 25 pontos da prova objetiva.

7.5.2 A prova de redação deverá ser escrita em, no mínimo, 25 linhas e, no máximo, 30 linhas, valendo 50,00 (cinquenta) pontos.

7.5.2.1 Na correção da prova de redação, serão utilizadas as regras vigentes da língua portuguesa.

7.5.2.2 Só serão corrigidas as provas de redação dos candidatos que forem classificados conforme item 7.5.1.1 e até quatro vezes a quantidade de vagas, para o curso de Direito e para os demais cursos até oito vezes a quantidade de vagas, previstas no Anexo II, seguindo rigorosamente a ordem de classificação das notas da prova objetiva.

7.5.2.3 Será desclassificado o candidato que obtiver pontuação zero (0) na prova de redação.

7.5.3 O resultado final da Prova será o somatório da pontuação alcançada pelo candidato na prova objetiva com a prova de redação, limitado a 100,0 (cem) pontos.

7.6 Havendo empate entre os candidatos, o desempate beneficiará sucessivamente o candidato que:

- Obtiver maior número de acertos da prova objetiva de Conhecimentos Específicos;
- Obtiver maior nota na prova de Redação;
- Possuir a maior idade.

7.7 As provas serão realizadas em dia, local e horário, informados através do site www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br, conforme data prevista no Anexo III. **É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.**

7.8 Compete ao candidato acompanhar a divulgação da informação prevista no item 7.7



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

deste Edital.

- 7.9** É vedada qualquer espécie de consulta, bem como o ingresso na sala de prova do candidato portando material impresso e aparelhos eletrônicos de comunicação.
- 7.10** As provas terão duração máxima de 04 (quatro) horas, sendo a permanência mínima de 01(uma) hora após o início da prova.
- 7.11** Não será permitida a saída do candidato do prédio de aplicação das provas portando o caderno de provas e a folha de respostas, documento oficial para avaliação.
- 7.12** É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado **Folha de Cópia de Respostas**, a ser entregue pela equipe de fiscalização.
- 7.13** Não será concedido tempo adicional, visando à cópia das respostas para o formulário previsto no item 7.12, sendo recolhido todo material de aplicação no horário previsto para o término da prova.
- 7.14** O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição e do documento de identidade original.
- 7.15** Não será admitido o ingresso do candidato, nos locais de realização das provas, após o horário fixado para o seu início.
- 7.16** Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento à prova implicará na eliminação automática do candidato na seleção.
- 7.17** Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pela Secretaria de Defesa Social ou órgão equivalente, pelo Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto, na forma da Lei nº 9.503/97).
- 7.18** Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, além de documentos sem foto e/ou sem assinatura.
- 7.19** Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
- 7.20** Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no item 7.17 deste Edital, não poderá fazer as



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

provas e será automaticamente eliminado da seleção.

7.21 Caso o candidato não apresente, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido até 10(dez) dias antes da data de realização de todas as provas, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio, além da possibilidade do devido registro fotográfico para segurança do certame.

Parágrafo único. A identificação especial citada acima será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia, assinatura do portador ou qualquer outra que se achar necessária.

7.22 A identificação da Folha de Resposta será feita através do número de inscrição do candidato.

7.23 É terminantemente proibido o acesso de Candidato, aos prédios e/ou às salas de aplicação das provas portando armas e equipamentos eletrônicos (bip, aparelhos celulares, ainda que desligado, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador e similares, bem como acessórios, tais como: óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro, etc), sob pena de ser retirado da sala e, automaticamente, excluído do processo seletivo, além de ficar submetido às demais medidas cabíveis.

7.24 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que:

- a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- b) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- c) Durante a realização das provas, comunicar-se com outros candidatos, utilizar máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos, que não os permitidos, e/ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a códigos e/ou à legislação.
- d) Estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de transmissão, incluindo telefones celulares.
- e) O candidato que for flagrado no prédio de aplicação de Provas e/ou salas, portando celular ou quaisquer dos objetos elencados no subitem 7.23. será eliminado do Processo Seletivo.
- f) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova, a Folha de Respostas ou a Folha de Cópia de Respostas;
- g) Abster-se de entregar, a qualquer tempo, os materiais da prova, necessários à avaliação;
- h) Reter temporariamente os materiais da prova, necessários à avaliação do candidato, após o término do tempo destinado à sua realização;
- i) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou portando provas, a Folha de Respostas, Folha de Cópia de Respostas ou qualquer outro material de aplicação;
- j) Descumprir as instruções contidas no caderno de prova ou na Folha de Respostas;



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

- k) Praticar qualquer outro ato contrário aos bons costumes, à regular aplicação da fase da seleção, e/ou à ordem jurídica vigente ou aos dispositivos e condições estabelecidas neste Edital e/ou em qualquer outro instrumento normativo vinculado à presente seleção;
- l) Praticar qualquer ato de coação física ou moral, ou ainda agredir física ou verbalmente qualquer membro da equipe de aplicação da seleção, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais.
- m) Não devolver a Folha de Resposta ao término das provas, antes de sair da sala;
- n) Ausentar-se do recinto das Provas sem permissão;
- o) Deixar de assinar listas de presença;
- p) Não devolver o caderno de prova;
- q) Constatando-se que o candidato utilizou processos ilícitos através de meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso.

7.25 O candidato, quando eliminado pelo descumprimento de qualquer dispositivo do presente Edital, não poderá permanecer no prédio de aplicação das provas, devendo retirar-se imediatamente do mesmo.

7.26 Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

7.27 No dia de aplicação da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de fiscalização ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo.

7.28 Os fiscais poderão utilizar aparelho detector de metais em qualquer ambiente do prédio onde as provas serão aplicadas, inclusive no acesso à sala de aplicação de provas e entrada e saída de banheiros, estando, desde já, autorizados pelos candidatos para tal prática, com o objetivo de manter a segurança e lisura do certame.

7.29 O **TRF DA 5ª REGIÃO**, o INSTITUTO SUSTENTE e a equipe de fiscalização não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos e de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

8. DOS RESULTADOS

8.1 O resultado final será publicado no site do INSTITUTO SUSTENTE www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br na data fixada no calendário (Anexo III).

9. DOS RECURSOS

9.1 No caso da Prova Objetiva, admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito, à formulação ou ao conteúdo das questões ou falhas de impressão que comprometam o pronto entendimento da solicitação da questão, desde que devidamente fundamentado e instruído com material bibliográfico, este recurso poderá ser interposto somente no prazo apresentado no calendário (Anexo III). Não caberá recurso para prova de Redação.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

9.2 O candidato entregará, em 02(duas) vias, o recurso em instrumento próprio, conforme modelo constante do Anexo I, no qual constará seu nome, número de inscrição, nome da prova, o número da questão e a argumentação lógica e consistente que fundamente sua solicitação. Esse requerimento deverá ser entregue no horário comercial, na sede do INSTITUTO SUSTENTE à Rua Bernardo Guimarães, 428, Boa Vista, Recife-PE ou encaminhar, via SEDEX ou correspondência com Aviso de Recebimento (AR), com o título – **Seleção TRF DA 5ª REGIÃO/2012 – RECURSOS PROVA OBJETIVA**.

9.3 O gabarito preliminar e a prova objetiva ficarão, para fins de recurso e no prazo deste, disponíveis nos sites www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br, conforme calendário (Anexo III).

9.4 A Comissão Examinadora é a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

10. DO ESTÁGIO

10.1 O estágio será regido pelas normas e condições estabelecidas Lei nº 11.788, de 25/09/2008, na Resolução N. CF-Res-2012/00208, de 04/10/2012, na Resolução CJF nº 39, de 12/12/2008 e na Resolução TRF5 nº 28, de 18/08/2010, bem como as normas internas de cada órgão.

10.2 O regime de estágio implica a observância de uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o horário de expediente do TRF da 5ª Região, dependendo da disponibilidade de vaga por turno.

10.3 O estágio será remunerado mediante a concessão de auxílio financeiro equivalente ao valor de R\$ 767,25 (setecentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos), auxílio transporte diário de R\$ 7,00 (sete reais) e seguro contra acidentes pessoais.

10.4 A aprovação na presente seleção não confere ao candidato selecionado, o direito à contratação.

10.5 Ao **TRF 5ª Região** reserva-se o direito de formalizar os Termos de Compromisso de Estágio em número e local que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O horário de referência considerado para essa seleção será o de Recife-PE.

11.2 O candidato que não comprovar as condições declaradas na inscrição será considerado desclassificado.

11.3 As informações prestadas pelos candidatos são de sua inteira responsabilidade, reservando-se ao **TRF DA 5ª REGIÃO**, o direito de afastar do processo o candidato que apresentar documentos e comprovantes inverídicos, falsos, ilegíveis ou incompletos.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

11.4 Será afastado do processo o candidato que incorrer ou infringir as normas de conduta sociais vigentes para com os profissionais responsáveis pela aplicação das provas ou para com outros candidatos.

11.5 As convocações serão realizadas prioritariamente através de e-mail.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade técnica, o candidato poderá ser convocado nesta ordem: por telefone e por telegrama.

11.6 É de responsabilidade do candidato, manter seus dados atualizados, devendo informar eventual alteração do número de seu telefone ou do seu e-mail através do telefone: (81) 3425.9839 ou e-mail: estagiosuperior@trf5.jus.br.

11.7 O candidato, após a convocação, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assumir a vaga disponível, sendo os 02 (dois) primeiros dias para confirmar a aceitação. Não cumprindo o prazo estabelecido, perderá o direito à vaga.

Parágrafo único. Admitir-se-á prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior, em única vez e em igual interstício, para que o candidato assuma a vaga para a qual fora convocado, desde que requerido formalmente e em tempo hábil.

11.8 No ato de convocação, o candidato deverá apresentar declaração da instituição de ensino que comprove que está devidamente matriculado e cursando um dos períodos descritos no item 2.8 I, deste Edital.

11.9 Fica assegurado o direito a formalizar o Termo de Compromisso de Estágio, ao candidato classificado no 4º PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR realizado em 04.03.2012, até o término de sua vigência em 02.04.2013 ou pelo esgotamento do cadastro de reserva, prevalecendo o que ocorrer primeiro, desde que atendidos ao interesse e à necessidade do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

11.10 O TRF DA 5ª REGIÃO poderá ceder candidatos aprovados na Seleção de que trata o presente Edital, reciprocamente ou a outros órgãos do Poder Judiciário, para fins de convocação mediante observância dos seguintes requisitos:

- I. Obediência à restrita ordem de classificação;
- II. Anuência do candidato.

11.11 O candidato que não aceitar a convocação para outro órgão permanecerá na mesma posição na listagem de classificação do concurso.

11.12 Em hipótese alguma será devolvida a importância paga pelo candidato para participar do certame.

11.13 Os casos omissos serão deliberados pelo Presidente do **TRF da 5ª. Região**, ouvida a Comissão responsável pelo acompanhamento da execução da Seleção para o Programa de Estágio.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

- 11.14** Os candidatos poderão obter informações referentes à Seleção de Estagiários nos sites www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br.
- 11.15** Estará disponível, ainda, o Serviço de Atendimento ao candidato, do INSTITUTO SUSTENTE, por meio do telefone (81) 3032.1543 (horário comercial) em dias úteis.
- 11.16** A presente seleção pública poderá ter sua validade prorrogada por mais 01 (um) ano, a critério da Administração.

Recife, 08 de outubro 2012.

Desembargador Federal ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA
Vice- Presidente, no exercício da Presidência



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ANEXO I - A

Modelo de formulário para a interposição de recurso

**CAPA DE RECURSO
(Apenas para entrega presencial)**

SOLICITAÇÃO: À Comissão Examinadora.

Como candidato à vaga de estagiários de Cursos do Ensino Superior e à formação de cadastro de estudantes, solicito revisão do gabarito preliminar da Prova Objetiva, questão(ões) _____.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

Nome: _____

Número de inscrição: _____

Curso: _____

INSTRUÇÕES - O candidato deverá:

- Preencher em letra de forma ou digitar o recurso e entregá-lo de acordo com as especificações estabelecidas neste Edital.
- Usar formulário de recurso individual para cada questão. (Anexo I - B)
- No caso de recurso contra o gabarito preliminar, e este se referir a mais de uma questão, deverão ser agrupadas e colocadas uma capa de recurso para cada conjunto de questões de uma mesma disciplina.
- Apresentar argumentação lógica e consistente.

Atenção! O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento do recurso.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nome: _____

Número de inscrição: _____

Curso: _____

Tipo de Prova: _____

Data: _____ Hora: _____.

Atendente: _____

Rubrica: _____.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ANEXO I - B

FORMULÁRIO PARA RECURSO DA PROVA OBJETIVA

REQUERIMENTO

Nome: _____

Inscrição: _____ Data: _____

À Comissão Examinadora,

Como candidato à vaga de estagiários de Cursos do Ensino Superior e à formação de cadastro de estudantes, solicito revisão do gabarito preliminar da Prova Objetiva, conforme as especificações abaixo.

Assinatura do candidato

ATENÇÃO:

Indicar o número da questão, a alternativa, objeto do recurso, o gabarito divulgado e a resposta do candidato.

Nome da Prova: _____ **Número da questão:** _____ **Gabarito divulgado:** _____

_____ **Resposta do candidato:** _____

Argumentação do Candidato

Fundamentação Bibliográfica (Preenchimento Obrigatório)



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

PREVISÃO DE VAGAS – 2013

Curso	Vagas NPNE**	Vagas PNE*	Total
1-Administração (Bacharelado)	14	2	16
2-Arquitetura	Cadastro de Reserva		Cadastro de Reserva
3-Biblioteconomia	5		5
4-Ciências Contábeis	4		4
5-Ciências da Computação/ Correlatos	3		3
6-Comunicação Social(Jornalismo)	2		2
7-Direito	49	5	54
8-Eng. Civil	Cadastro de Reserva		Cadastro de Reserva
9-Eng. Elétrica	Cadastro de Reserva		Cadastro de Reserva
10-Publicidade ou Design Gráfico	1		1
11-Relações Públicas	1		1
12-Serviço Social	2		2
13-Web Design	1		1
TOTAL	82	7	89

*PNE=Portador de Necessidades Especiais

**NPNE=Não Portador de Necessidades Especiais



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ANEXO III

CALENDÁRIO

<i>Etapas</i>	<i>Datas</i>	<i>Local</i>
Inscrição	01/11/2012 a 21/11/2012	www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br 01/11/2012 a partir das 10h até às 15h do dia 21/11/2012 (Horário de Recife)
Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição.	01/11/2012 a 08/11/2012	Conforme item 2.9.1
Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	14 de novembro 2012	www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br
Último dia Pagamento da Taxa de Inscrição	21 de novembro 2012	Rede bancária
Entrega laudo médico, para os candidatos às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais e para atendimento especial	01/11/2012 a 16/11/2012	Exclusivamente , via SEDEX ou correspondência com Aviso de Recebimento (AR), com o título – Seleção TRF 5ª REGIÃO/2012 – LAUDO MÉDICO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA , ao INSTITUTO SUSTENTE - Rua Bernardo Guimarães, 428, Boa Vista, Recife, PE, CEP: 50050-440
Informações sobre locais de provas	A partir de 29 de novembro de 2012	www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br
Realização das provas	02 de dezembro de 2012	Recife
Divulgação do Caderno de Provas e do gabarito preliminar	A partir de 04 de dezembro de 2012	www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br
Prazo para recursos	04 e 05 de dezembro de 2012	Conforme item 9.1.1
Divulgação do Gabarito Definitivo	21 de dezembro de 2012	www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br
Divulgação do resultado final	21 de dezembro de 2012	www.sustente.org.br e www.trf5.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ANEXO IV

Modelo de formulário para solicitação de condições especiais de realização de prova

REQUISIÇÃO

À Comissão

Eu, _____, Carteira de identidade nº. _____, inscrito nesta seleção pública sob o número de inscrição _____, como candidato ao estágio para o curso de _____, do Anexo II, solicito as seguintes condições especiais de provas pelo motivo abaixo descrito:

- () Mãe com criança em estágio de amamentação.
- () Deficiência física.
- () Outro: _____

CONDIÇÕES SOLICITADAS E FUNDAMENTOS DA SOLICITAÇÃO

(Indique materiais, equipamentos, espaço físico e outras necessidades – use o verso se necessário).

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

INSTRUÇÕES:

O Candidato deverá:

- * Preencher em letra de forma ou digitar a requisição.
- * Apresentar fundamentação das necessidades destas condições.

Atenção: O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento da requisição.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do **EDITAL DO 5º PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA SEDE DO TRF DA 5ª REGIÃO**, requero a isenção do pagamento da taxa de inscrição de acordo com o subitem 2.9. e seus subitens.

DADOS DO REQUERENTE:

Nome: _____
(Idêntico como impresso no Cartão CadÚnico)
Número de Identificação Social (NIS) _____
Curso superior: _____ No. Inscrição (Nesta Seleção) _____
Endereço: _____ No: _____
Bairro _____ CEP: _____ Tel.: () _____
Cidade: _____ UF: _____ CPF: _____ CTPS: _____
Série: _____ Data Exp.: _____ Carteira de Identidade _____
E-mail: _____

Declaro sob as penas da Lei que estou ciente e de acordo com todas as exigências especificadas no Edital.

Assinatura do Requerente

_____, _____ de _____ de _____.

INSTRUÇÕES:

O Candidato deverá:

2.9.2. As solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição só serão analisadas quando enviadas até a data limite estabelecida no calendário (Anexo III) deste Edital.

2.9.3. Não será concedida Isenção da Taxa de Inscrição ao Candidato que:

I. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

II. Fraudar e/ou falsificar documentos;

III. Não observar os prazos e os horários estabelecidos no subitem 2.9.1 e calendário (Anexo III) deste Edital.

2.9.4. As informações prestadas no requerimento de isenção da taxa de inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, podendo o mesmo responder, a qualquer momento por crime contra a fé pública.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Gêneros textuais. Variedades linguísticas. Semântica do texto. Coesão e coerência textual. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes de palavras. Sintaxe de colocação. Sintaxe de concordância nominal e verbal. Sintaxe de regência nominal e verbal (ocorrência de crase). Emprego dos sinais de pontuação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

• **ADMINISTRAÇÃO:**

Administração Geral: 1. Teoria Geral da Administração; 2. Organização sistemas e métodos; 3. Gestão de Processos; 4. Planejamento Estratégico; 5. Gestão de Pessoas: Gestão por competência, Modelagem de Cargos, Treinamento e Desenvolvimento; 6. Fundamentos de marketing; 7. Fundamentos da administração financeira; 8. Fundamentos da Administração da Produção; 9. Globalização e comércio exterior; 10. Atualidades.

Noções Básicas de Administração Pública: 1. Princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro; 2. Organização da Administração Pública, Administração Direta e Indireta; 3. Licitação: Conceito, Finalidade e Modalidades; 4. Contratos administrativos: Conceito e Características.

• **ARQUITETURA:**

Domínio no AutoCAD 14 e/ou 2009; Conhecimento de representação gráfica para projetos arquitetônicos; Elaboração de cortes, fachadas, planta de cobertura, situação, locação, planta baixa, planta falada, planta de layout; Noções de detalhes construtivos e de mobiliário; Levantamento arquitetônico; Noções básicas de internet, e-mail como objetivo de pesquisa de materiais e repasse de informações e/ou mensagens com fornecedores e contratador; Conhecimento de normas técnicas para deficientes e Conhecimento de normas técnicas para prédios públicos (NBR 9050/2004); Conhecimentos básicos de Planejamento Urbano; Noções de Sustentabilidade arquitetônica e urbana; Noções de História da Arquitetura e do Urbanismo; Conhecimento básico de intervenção em prédios históricos.

• **BIBLIOTECONOMIA:**

Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: introdução, conceitos e princípios. Documentação Jurídica: conceitos (projetos, leis, decretos-lei, medidas provisórias, resoluções legislativas, atos, portarias e outros). Tipos de documentos e finalidades. Representação descritiva do documento: introdução à catalogação (AACR2). Representação Temática: introdução aos sistemas de classificação (CDU e CDD). Indexação e resumos: princípios, descritores e metadados. Políticas de seleção, aquisição e descarte: procedimentos. Periódicos eletrônicos: base de dados nacionais e internacionais, comutação bibliográfica. Serviço de referência: disseminação seletiva, estudo do usuário. Normalização: conceitos e funções. Normalização da documentação de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023). Administração de bibliotecas: introdução. Ética profissional: conceitos básicos.

• **CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO/Correlatos:**

1 - Fundamentos de Computação: Organização e arquitetura de computadores. Sistemas de entrada e saída. Sistemas de numeração e codificação. Aritmética computacional. **2 - Noções de segurança da informação:** políticas e procedimentos de segurança. **3 – Estruturas lógicas.** Algoritmos estruturados. **4 - Estruturas de Dados:** manipulação e representação de listas, filas, pilhas, árvores e grafos. Subprogramação: passagem de parâmetros. Recursividade. **5 - Noções de UML:** modelos e diagramas. Noções de análise e projeto estruturados e orientados a objetos. **6 - Programação estruturada e**



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

orientada a objetos/eventos: linguagem C, C++ e Java. Ambientes e linguagens de programação WEB: HTML, XHTML, Java-Script, JSP, Servlets, J2EE, PHP, Web Services, Apache. **7 - Banco de Dados relacional:** conceitos, arquitetura e modelos. Linguagem SQL. Modelagem de dados e projeto lógico de banco de dados, datawarehouse, OLAP. Sistemas de Informação Gerenciais e Business Intelligence (BI). **8 - Redes:** modelo OSI, protocolo TCP/IP, endereçamento IP, roteamento, máscaras de sub-rede TCP/IP, IPv6, serviços de aplicação de rede: DNS, FTP, NFS, TELNET, SMTP, WWW, SNMP, DHCP, HTTP, HTTPS. Arquitetura de redes: evolução das arquiteturas, topologias, comunicação de dados, redes e conectividade. Tecnologias de rede local Ethernet/Fast, Ethernet/Gigabit, Ethernet, fibras ópticas, redes sem fio (wireless). Equipamentos de redes: configuração, repetidores, hubs, pontes, switches, roteadores e gateways. Sistemas ativos de segurança de redes: firewall, proxy, DMZ, chaves públicas, criptografia e controle de roteamento. Gerência de redes: conceitos básicos, configuração, arquitetura cliente-servidor, administração de usuários, administração de: servidores de impressão, arquivos, comunicação, DNS, Web e E-mail. Sistemas Operacionais de rede: Windows Server e Linux, conceitos e administração. **9 - Engenharia de requisitos:** conceitos básicos, processos e modelos de sistema.

- **CIÊNCIAS CONTÁBEIS:**

Contabilidade Geral: 1. Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993. 2. Estrutura Conceitual Contábil. 3. Componentes patrimoniais: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Balancete de verificação; Balanço patrimonial: obrigatoriedade e apresentação de acordo com a Lei 6.404/76 e suas alterações dadas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09; (lei das sociedades por ações); Demonstração de resultado de exercício: apresentação de acordo com a Lei 6.404/76 e suas alterações dadas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, Resolução CFC nº 1.255, de 10/12/2009.

Administração Orçamentária e Financeira: 1. Princípios orçamentários. 2. Orçamento-programa. 3. Regimes orçamentários: competência do exercício e de caixa. 4. Leis orçamentárias: PPA, LDO e LOA. 5. Receita Pública: Classificação e Fases. 6. Despesa Pública: Classificação, Fases e Tipos de Empenhos. 7. Despesas de exercícios anteriores. 8. Restos a pagar.

Noções Básicas de Administração Pública: 1. Princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 2. Organização da Administração Pública, Administração Direta e Indireta. 3. Licitação: Conceito, Finalidade e Modalidades. 4. Contratos administrativos: Conceito e Características.

- **COMUNICAÇÃO SOCIAL OU JORNALISMO:**

História da imprensa; elementos básicos da comunicação; opinião pública; categorias da comunicação (interpessoal, grupo, organizacional, dirigida e de massa); cultura de massa e os meios de comunicação; novas mídias; processo de globalização; objetividade x subjetividade no jornalismo (gêneros jornalísticos); responsabilidade social do comunicador; critérios de noticiabilidade; características e itens que compõem o texto jornalístico; normas dos meios de comunicação de massa; ética jornalística; segmentação do veículo em editorias; sociologia na comunicação; elementos e princípios do design gráfico e sua evolução no tempo; conhecimento básico de softwares utilizados na diagramação; radiojornalismo (segmentação, público-alvo, a notícia e seu tratamento); Telejornalismo (segmentação, público-alvo, a notícia e seu tratamento); Jornalismo online.

- **DIREITO:**

CONSTITUCIONAL: Dos princípios fundamentais; da organização do estado: da organização político administrativa; da União; dos Estados Federados; dos Municípios. Do Distrito Federal e dos Territórios; da administração pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais e Juízes dos Estados. Do sistema tributário nacional: dos princípios gerais; das limitações do poder de tributar; dos



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

impostos da União; dos impostos dos Estados e do Distrito Federal; dos impostos dos Municípios; da repartição das receitas tributárias.

ADMINISTRATIVO: Princípios da administração pública; Ato Administrativo: conceito, atributos, elementos, discricionariedade e vinculação, espécies, anulação e revogação. Noção de serviço público; Concentração, Desconcentração, Centralização, Descentralização; Poderes administrativos; Do contrato administrativo.

PENAL: Da aplicação da lei penal: anterioridade da lei; lei penal no tempo; tempo do crime; territorialidade; lugar do crime; extraterritorialidade; Do crime: crime consumado e tentado; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime impossível; crime doloso e culposo; Da ilicitude: conceito, evolução e causas de exclusão; Da culpabilidade: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude, exigibilidade da conduta diversa, causas de exclusão e diminuição da culpabilidade; Dos crimes contra a administração pública: crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; crimes praticados por particular contra a administração em geral.

CIVIL: Das pessoas. Pessoas naturais: personalidade, capacidade plena e relativa. Pessoas jurídicas. Dos bens: considerados em si mesmos; reciprocamente considerados; bens públicos. Dos fatos jurídicos: negócios jurídicos; atos jurídicos lícitos; atos ilícitos. Prescrição e decadência.

PROCESSO CIVIL: Da jurisdição: princípios; características; jurisdição contenciosa e voluntária; Da ação: conceito; condição da ação; classificação das ações; Do processo: conceito; princípios; pressupostos processuais; Da competência: critérios de competência; competência absoluta e relativa; prorrogação de competência; Dos recursos: conceito; pressupostos; apelação; agravo; recurso extraordinário; recurso especial; embargos infringentes; embargos de declaração. Dos atos processuais.

TRIBUTÁRIO. Sistema Tributário Nacional. Conceito de Tributo. Competência tributária. Repartição de competências tributárias. Limites constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária e fato gerador. Lançamento tributário: conceito e tipos. Crédito tributário: conceito, formas de suspensão, exclusão e extinção.

- **ENGENHARIA CIVIL:**

Construção Civil; Materiais de Construção; Noções de projetos; Noções de Elaboração de Orçamento; Resistência de materiais; Fundações; Noções de informática (Excel e AutoCAD); Escalas utilizadas nos projetos de engenharia e arquitetura; Cronograma de execução de obras; Normas técnicas pertinentes aos assuntos relacionados.

- **ENGENHARIA ELÉTRICA:**

1. Circuitos Elétricos e Magnéticos

1.1 Elementos e leis dos circuitos elétricos: lei de Ohm; potência elétrica e energia elétrica; divisor de tensão; divisor de corrente; associações de elementos resistivos, indutivos e capacitivos e leis de Kirchhoff. 1.2 Análise de circuitos elétricos: arranjos; teoremas da superposição, Thévenin e de Norton; redes em Y e em Delta; circuito da Ponte Wheatstone e métodos de análise de circuitos. 1.3 Eletromagnetismo: campos elétricos e magnéticos; elementos do circuito magnético; indução eletromagnética e transformador de potência. 1.4 Domínio da frequência: números complexos; resposta de circuitos RLC; ressonância e harmônicos no sistema elétrico. 1.5 Sistema elétrico trifásico: geração das forças eletromotrizes trifásicas; circuitos trifásicos em delta e estrela; deslocamento do neutro em circuitos trifásicos; potência trifásica: ativa, reativa e aparente.

2. Eletrônica Básica

2.1 Semicondutores: materiais semicondutores intrínsecos e extrínsecos; junções PN (características, propriedades e comportamento); diodo semicondutor (curvas características, linearização e modelos lineares); circuitos com diodos (limitadores, grampeadores, retificadores de pico, multiplicadores de tensão) e retificadores com carga R e RC (cálculos de valores para excitação senoidal). 2.2 Transistores:



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

junção bipolar – TJB (características gerais, relações de correntes e tensões, curvas características, limitações de tensões e correntes). 2.3 Tiristores de potência: tipos, características e aplicações.

3. Medidas Eletromagnéticas

3.1 Teoria dos erros e unidades de medidas. 3.2 Instrumentos analógicos: amperímetros, voltímetro, ohmímetros, wattímetros, frequencímetros e fasímetros. 3.3 Instrumentos digitais: amperímetros, voltímetro, wattímetros, osciloscópios e analisadores de harmônicos. 3.4 Medição de resistências: medidores para resistências baixas, médias e altas. 3.5 Medição de resistência de "terra" e da resistividade do solo. 3.6 Transformadores para instrumentos: TCs. TPs e TPCs.

3.7 Medição de potência e energia elétricas.

- **PUBLICIDADE/DESIGN GRÁFICO**

1. Noções de Publicidade e Propaganda, 2. Noções de Propaganda Institucional, 3. Noções de Targets, 4. Noções de Planejamento em Comunicação, 5. Noções de Comunicação Interna, 6. Noções de Teoria e Técnica em Publicidade e Propaganda, 7. Noções de Fotopublicidade, 8. Noções de Redação Publicitária com Ênfase em Mídia Impressa, 9. Noções de Criação Publicitária, 10. Noções de Briefing, 11. Noções de Metodologia das Cores, 12. Noções de Planejamento Visual Gráfico, Tipografia, Diagramação, 13. Noções de utilização das Ferramentas: Adobe Photoshop CS, CorelDRAW 11, Adobe Indesign CS, Macromedia Flash MX2004.

- **RELAÇÕES PÚBLICAS:**

AS RELAÇÕES PÚBLICAS: Enfoques teóricos de Relações Públicas. Funções e atividades de Relações Públicas. Relações Públicas nas Organizações Modernas. Públicos em Relações Públicas. Organização de Eventos. Etiqueta: normas e condutas; definição; classificação; terminologia; estrutura básica de eventos; tipologia; fases de um evento; planejamento estratégico; operacionalização; captação de recursos; eventos; eventos culturais.

LEGISLAÇÃO: As atividades profissionais (Lei 5.377, de 11/12/1967). Normas de cerimonial público e a ordem geral de procedência (decreto 70.274, de 09/03/1972 e suas alterações).

- **SERVIÇO SOCIAL:**

Lei de Assistência Social – LOAS; Código de Ética do Serviço Social; Estatuto do Idoso; Questão Social no Brasil; Estatuto da Criança e do Adolescente.

- **WEB DESIGN:**

Padrões web (*Webstandards*); Conhecimento de HTML, CSS, JavaScript; Noções de usabilidade e acessibilidade; Conhecimento em softwares de criação e manipulação de imagens; Noções de Flash; Noções de arquitetura da informação.